

Hospital de Clínicas de Porto Alegre – HCPA

Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas
adotadas no Brasil em 31 de Dezembro de 2016





SUMARIO

| | |
|--|----|
| RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2016 | 3 |
| BALANÇO PATRIMONIAL | 4 |
| DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO | 6 |
| DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 7 |
| DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA | 8 |
| DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO | 10 |
| NOTAS EXPLICATIVAS | 11 |
| 01 CONTEXTO OPERACIONAL | 11 |
| 02 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS | 11 |
| 03 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS | 16 |
| 04 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO | 16 |
| 05 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | 17 |
| 06 CRÉDITOS DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS | 18 |
| 07 ADIANTAMENTOS DE PESSOAL | 18 |
| 08 ESTOQUES DE MATERIAIS DE CONSUMO | 19 |
| 09 DEVEDORES POR CONVÊNIOS E PROVISÃO PARA PERDAS PROVÁVEIS | 19 |
| 10 IMOBILIZADO | 20 |
| 11 INTANGÍVEL | 20 |
| 12 FORNECEDORES | 21 |
| 13 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E SOCIAIS | 22 |
| 14 OBRIGAÇÕES A RESTITUIR | 22 |
| 15 CONTINGÊNCIAS E APROPRIAÇÕES POR COMPETÊNCIA | 22 |
| 16 SUBVENÇÕES E DOAÇÕES | 24 |
| 17 RECEITA DIFERIDA LÍQUIDA | 25 |
| 18 OBRIGAÇÕES DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR | 25 |
| 19 CAPITAL SOCIAL | 26 |
| 20 AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL | 26 |
| 21 RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO | 26 |
| 22 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA | 27 |
| 23 CUSTOS DOS SERVIÇOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS POR NATUREZA | 27 |
| 24 DESPESAS DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS | 28 |
| 25 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS | 29 |
| 26 RESULTADO FINANCEIRO | 29 |
| 27 SEGUROS DE RISCOS | 29 |
| 28 CONCILIAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COM BASE NA LEI Nº 6.404/76 E LEI Nº 4.320/64 – SIAFI | 30 |
| 29 DOAÇÃO FNDE | 32 |
| 30 AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | 33 |
| 31 REMUNERAÇÕES PAGAS A EMPREGADOS E ADMINISTRADORES | 33 |



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2016

O Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA) é uma instituição pública e universitária, integrante da rede de hospitais universitários do Ministério da Educação (MEC) e vinculada academicamente à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Sendo um dos principais centros de atenção médica do estado, é também um polo de investigação científica e tecnológica. Oferece assistência integral à saúde dos cidadãos, através de suas equipes de saúde das clínicas médica, cirúrgica, pediátrica, obstétrica e psiquiátrica, em conjunto com equipes multiprofissionais.

Em 2016 foram realizadas na instituição mais de 612 mil consultas, 34 mil internações, 42 mil cirurgias, 5 mil procedimentos no Hospital-Dia, e quase 4 mil partos. Ainda, foram realizados 482 transplantes, sendo 16 desses cardíacos – número recorde na instituição.

A busca de melhoria contínua e excelência assistencial é evidenciada na atuação do Programa de Gestão da Qualidade e da Informação em Saúde (QUALIS), Programa de Intra-Hospitalar de Combate à Sepsis (PICS), Comissão de Gerência de Risco Sanitário-Hospitalar (GR), e Comissão de Controle de Infecção (CCIH). Na organização dos fluxos internos e no relacionamento com o restante da rede de saúde destacam-se a atuação do Núcleo Interno de Regulação (NIR) e do Núcleo de Acesso e Qualidade Hospitalar (NAQH).

Na área da pesquisa, mantemos convênios com Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (FAPERGS), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), Departamento de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde (DECIT/MS), e com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH). Temos 475 pesquisadores responsáveis com projetos de pesquisa em atividade na Instituição, e 504 doutores atuantes entre professores e contratados. Em 2016, foram realizadas 3.946 consultorias de pesquisa, e aprovados 673 projetos de pesquisa; finalmente, totalizamos 578 artigos publicados, e tivemos um aumento de 4,6% no número de citações.

O HCPA também tem papel fundamental no ensino, tendo 14 cursos de graduação com atividades dentro da instituição, em um total de 102 disciplinas ou estágios. Também considerando os cursos de graduação, passaram pelo HCPA 1587 alunos no primeiro semestre e 1509 alunos no segundo semestre letivo. Na pós-graduação, há apoio a 15 Programas de Pós Graduação da UFRGS, sendo 11 vinculados a Faculdade de Medicina e também apoio ao desenvolvimento de dois programas de mestrado profissional: “Pesquisa Clínica” e “Prevenção e Assistência a Usuários de Álcool e Outras Drogas.”

Na residência médica temos 46 Programas de Residência Médica, 31 áreas de atuação, 2 anos opcionais, e 4 Programas de Residência Médica em Transplantes, perfazendo um total de 276 vagas oferecidas em 2016. Na residência Integrada Multiprofissional em Saúde, que oferece oito áreas de atuação, houve 76 profissionais em formação e 35 profissionais concluíram a residência em 2016. O hospital oferece também um Programa Institucional de Cursos de Capacitação para Alunos em Formação (PICCAF), um Programa Institucional de Cursos de Capacitação e Aperfeiçoamento Profissional (PICCAP), um Programa Jovem Aprendiz, e um Programa de Acolhimento e Integração Institucional.

O Hospital de Clínicas de Porto Alegre recebeu o Prêmio Mérito Brasil de Governança e Gestão Pública. Entre mais de 7,7 mil órgãos públicos avaliados pelo Tribunal de Contas da União (TCU), a instituição foi uma das seis agraciadas com a distinção, que reconhece as melhores práticas em liderança, estratégia e controle. Foi reconhecida também, na edição de 2016 do Top Ser Humano da ABRH-RS, pelo case Distinção por Tempo de Serviço: valorização e reconhecimento aos funcionários do HCPA.

Em paralelo a todo esse cenário descrito, ao longo de 2016, o HCPA manteve a condução das obras dos prédios anexos, bem como ampliação do prédio garagem, que irá contemplar a ampliação de 516 vagas para a comunidade interna.



Balanco Patrimonial
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Balanco Patrimonial

| Ativo | Nota | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|--|-------------|-------------------|-------------------|
| Circulante | | | |
| Caixa e Equivalente de Caixa | 05 | 35.005 | 15.757 |
| Créditos a Receber Curto Prazo | | | |
| Faturas e Duplicatas a Receber | | 125 | 5 |
| Crédito de Fornecimento de Serviços | 06 | 45.827 | 51.648 |
| Créditos ref. apropriações por Competência | 15 | 151.834 | 145.413 |
| Adiantamentos de Pessoal | 07 | 11.572 | 11.011 |
| Adiantamentos a Unidades e Entidades | | 619 | 280 |
| Demais Contas a Receber | | 134 | 103 |
| Adiantamentos a Fornecedores | | 14 | 387 |
| Estoques | | | |
| Estoques de Materiais de Consumo | 08 | 21.833 | 24.415 |
| Importação em Andamento | | 1.208 | 1.099 |
| Despesas Pagas Antecipadamente | | | |
| Assinaturas e Anuidades a Apropriar | | 140 | 20 |
| | | 268.311 | 250.138 |
| Não Circulante | | | |
| Realizável a Longo Prazo | | | |
| Depósitos Judiciais | | 1.844 | 1.346 |
| Créditos ref. apropriações por Competência | 15 | 242.661 | 223.828 |
| Devedores por Convênios | 09 | - | 19.019 |
| Provisão para Perdas (devedores por convênios) | 09 | - | (19.019) |
| Imobilizado | 10 | 625.157 | 505.167 |
| Intangível | 11 | 765 | 1.522 |
| | | 870.427 | 731.863 |
| Total do Ativo | | 1.138.738 | 982.001 |

Balanco Patrimonial
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

| Passivo | Nota | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|--|-------------|-------------------|-------------------|
| Circulante | | | |
| Fornecedores | 12 | 38.231 | 40.759 |
| Obrigações Tributárias e Sociais | 13 | 2.410 | 2.646 |
| Obrigações a Restituir | 14 | 12.225 | 1.209 |
| Contingências e apropriações por Competência a Pagar | 15 | 151.834 | 145.413 |
| Outras Obrigações | | 3.288 | 875 |
| | | 207.988 | 190.902 |
| Não Circulante | | | |
| Exigível a Longo Prazo | | | |
| Subvenções e Doações para Investimentos | 16 | 11.188 | 8.546 |
| Contingências e apropriações por Competência a Pagar | 15 | 242.661 | 223.828 |
| Receita Diferida Líquida | 17 | 297.148 | 175.620 |
| | | 550.997 | 407.994 |
| Patrimônio Líquido | | | |
| Capital Realizado | 19 | 376.403 | 376.403 |
| Ajustes de Avaliação Patrimonial | 20 | (18.173) | (16.854) |
| Reservas de Lucro | 21 | 21.523 | 23.556 |
| | | 379.753 | 383.105 |
| Total do Passivo | | 1.138.738 | 982.001 |

Demonstração do Resultado do Exercício
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

| Demonstração do Resultado do Exercício | Nota | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|---|-------------|-------------------|-------------------|
| Receita Operacional Bruta | | | |
| Serviços Prestados | | 224.782 | 226.746 |
| Repasse Recebidos | | 1.105.348 | 1.005.312 |
| Repasse de Apropriações por Competência a Receber | | 31.491 | 27.457 |
| | | 1.361.621 | 1.259.515 |
| Ajustes da Receita Bruta | | | |
| Receitas de Diferido (Reversão da Subvenção) | | 6.680 | 18.091 |
| Repasse p/Subvenções e Doações Governamentais | | (133.437) | (88.375) |
| Inscrição de Repasse no Diferido | | - | (1.209) |
| Repasse Concedido (CAPES) | | (456) | (228) |
| | | (127.213) | (71.721) |
| Deduções da Receita Bruta | | | |
| PIS s/Faturamento | | (348) | (297) |
| COFINS s/Faturamento | | (1.607) | (1.372) |
| Glosas e Abatimentos | | (32) | (135) |
| | | (1.987) | (1.804) |
| Receita Operacional Líquida | 22 | 1.232.421 | 1.185.990 |
| Custo dos Serviços | | | |
| Custo dos Serviços | 23 | (1.003.050) | (957.889) |
| Resultado Operacional Bruto | | 229.371 | 228.101 |
| Despesas Operacionais | | | |
| Despesas Administrativas | 23 | (243.130) | (232.183) |
| | | (243.130) | (232.183) |
| Outras Receitas e Despesas | 25 | | |
| Receitas | | 19.373 | 13.787 |
| Despesas | | (6.081) | (6.687) |
| | | 13.292 | 7.100 |
| Lucro Antes do Resultado Financeiro | | (467) | 3.018 |
| Resultado Financeiro | 26 | | |
| Despesas Financeiras | | (5.568) | (7.058) |
| Receitas Financeiras | | 2.270 | 2.087 |
| | | (3.298) | (4.971) |
| Resultado Líquido do Exercício | | (3.765) | (1.953) |

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

| Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido | Capital Realizado | Ajuste de Avaliação Patrimonial | Reservas de Lucro | Lucros Acumulados | Total |
|--|-------------------|---------------------------------|-------------------|-------------------|----------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2014 | 376.403 | (16.225) | 24.882 | - | 385.060 |
| Realização Avaliação Patrimonial | - | (629) | - | 629 | - |
| Resultado do Exercício | - | - | - | (1.953) | 1.953 |
| Ajuste de Exercício Anterior | - | - | (2) | - | (2) |
| Transferência de Resultado do Exercício para Reserva | - | - | (1.324) | 1.324 | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | 376.403 | (16.854) | 23.556 | - | 383.105 |
| Realização Avaliação Patrimonial | - | (1.319) | - | 1.319 | - |
| Resultado do Exercício | - | - | - | (3.765) | (3.765) |
| Ajuste de Exercícios Anteriores | - | - | 413 | - | 413 |
| Transferência de Resultado do Exercício para Reserva | - | - | (2.446) | 2.446 | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | 376.403 | (18.173) | 21.523 | - | 379.753 |

Demonstração do Fluxo de Caixa
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

| Demonstração do Fluxo de Caixa | <u>31/12/2016</u> | <u>31/12/2015</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais | | |
| Lucro Líquido do Exercício | <u>(3.765)</u> | <u>(1.953)</u> |
| Ajustes de Depreciações/Amortizações | 21.924 | 19.707 |
| <i>Impairment</i> dos Ativos | 178 | - |
| Variação Cambial Passiva (Importação) | 365 | 153 |
| Variação Cambial Ativa (Importação) | (145) | (388) |
| Custo de Obras em Andamento | - | (110) |
| Baixa de Bens Imobilizados | 2.241 | 2.884 |
| Produção de Bens em Estoque | (1.862) | (1.798) |
| Reversão/ Perdas Estimadas p/Créditos Liq.Duv. | 3.433 | (504) |
| Provisão p/ contingências (CP e LP) | 22.074 | 38.368 |
| | <u>48.208</u> | <u>58.312</u> |
| Variação de Ativos e Passivos | | |
| Créditos Fornecimento Serviços (CP e LP) | 2.268 | (32.558) |
| Recursos Especiais a Receber por Restos a Pagar | - | 34.711 |
| Recursos a Receber de Apropr. p/ Comp. de Férias | (3.798) | (10.636) |
| Recursos a Receber de Apropr. p/ Comp. p/13º Salário | - | - |
| Recursos a Receber de Apropr. p/ Comp. Licença Especial | (5.619) | (5.935) |
| Recursos a Receber de Previdência Privada (CP e LP) | 6.236 | 8.018 |
| Recursos a Receber p/Provisão de Contingências (CP e LP) | (22.074) | (38.368) |
| Adiantamentos a Pessoal | (561) | (679) |
| Outras Contas a Receber a Curto Prazo | 418 | 4.116 |
| Depósitos Judiciais/Devedores p/Convênios | (499) | 160 |
| Importações em Andamento (Estoque) | (109) | (482) |
| Estoques | 4.432 | (872) |
| Despesas Pagas Antecipadamente | (121) | 231 |
| Fornecedores | (2.528) | (7.862) |
| Outras Obrigações a Pagar/Recursos a Restituir | 13.486 | 1.430 |
| Obrigações Sociais a Pagar | 396 | 131 |
| Obrigações Tributárias a Pagar | (632) | 1.298 |
| Adiantamentos de Aluguéis e Clientes | - | (1.015) |
| Apropriação por Competência p/Férias | 3.798 | 10.636 |
| Apropriação por Competência p/13º Salário | - | - |
| Apropriação por Compet. p/Previdência Privada (CP e LP) | (6.236) | (8.018) |
| Apropriação por Competência p/Licença Especial | 5.619 | 5.935 |
| | <u>(5.524)</u> | <u>(39.759)</u> |
| Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais | <u>38.919</u> | <u>16.600</u> |
| Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento | | |
| Aquisições de Bens Imóveis | (134.248) | (82.799) |
| Aquisições de Bens Móveis | (9.316) | (6.886) |
| Aquisições de Importação em Andamento | (274) | 276 |
| Aquisições de Bens Intangíveis | (2) | (325) |
| Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimento | <u>(143.840)</u> | <u>(89.734)</u> |

Fluxo de Caixa (Continuação)
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

| | <u>31/12/2016</u> | <u>31/12/2015</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento | | |
| Subvenções Governamentais/Receitas Diferidas Repassadas | 124.169 | 54.798 |
| Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Financiamento | <u>124.169</u> | <u>54.798</u> |
| Caixa Adicionado (Reduzido) no Período | <u>19.248</u> | <u>(18.336)</u> |
| Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Exercício | 15.757 | 34.093 |
| Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Exercício | <u>35.005</u> | <u>15.757</u> |
| Aumento/Redução de Caixa e Equivalente de Caixa | <u>19.248</u> | <u>(18.336)</u> |
| Doações de Bens Móveis (Imobilizado) | 3.394 | 1.084 |
| Doações de Mercadorias (Estoques) | 3.057 | 1.886 |
| Ajustes de Exercícios Anteriores | <u>413</u> | <u>-</u> |
| Total das Transações que não Envolveram o Caixa | <u>6.864</u> | <u>2.970</u> |



Demonstração do Valor Adicionado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

| Demonstração do Valor Adicionado | <u>31/12/2016</u> | <u>31/12/2015</u> |
|---|-------------------------|-------------------------|
| Receitas | | |
| Prestação de Serviços | 224.751 | 226.611 |
| Outras Receitas | 18.267 | 14.397 |
| Perdas Est.de Créd. Liq. Duv.-Reversão/Constituição | (3.570) | 2.094 |
| | <u>239.448</u> | <u>243.102</u> |
| Insumos Adquiridos de Terceiros (c/ICMS e IPI) | | |
| Custos dos Serviços Prestados | (142.751) | (137.978) |
| Serviços de Terceiros | (133.026) | (132.786) |
| Perda/Recuperação de Valores Ativos | (1.819) | 105 |
| | <u>(277.596)</u> | <u>(270.659)</u> |
| Valor Adicionado Bruto | <u>(38.148)</u> | <u>(27.557)</u> |
| Despesas com Depreciação/Amortização | (22.687) | (23.646) |
| Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade | <u>(60.835)</u> | <u>(51.203)</u> |
| Valor Adicionado Recebido em Transferências | | |
| Receitas Financeiras | 2.270 | 2.088 |
| Repasse Recebidos (-) Subvenções | 1.003.401 | 944.395 |
| Repasse Concedidos/Diferido | (455) | (1.437) |
| Receitas de Diferido (Reversão de Subvenções) | 6.680 | 18.091 |
| Receitas de Aluguéis | 3.671 | 2.439 |
| | <u>1.015.567</u> | <u>965.576</u> |
| Valor Adicionado Total a Distribuir | <u>954.732</u> | <u>914.373</u> |
| Distribuição do Valor Adicionado | | |
| Pessoal | | |
| Remuneração Direta | 650.603 | 624.246 |
| Benefícios | 69.151 | 67.614 |
| FGTS | 52.773 | 53.231 |
| Impostos, Taxas e Contribuições | | |
| Federais | 176.421 | 160.870 |
| Estaduais/Municipais | 181 | 59 |
| Remuneração de Capitais de Terceiros | | |
| Despesas Financeiras | 5.568 | 7.058 |
| Locação de Imóveis/Condomínio | 938 | 1.450 |
| Locação de Máquinas e Equipamentos | 2.862 | 1.798 |
| Remuneração dos Capitais Próprios | | |
| Lucros Retidos do Exercício | (3.765) | (1.953) |
| Valor Adicionado Distribuído | <u>954.732</u> | <u>914.373</u> |

Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Notas Explicativas

01 Contexto Operacional

O Hospital de Clínicas de Porto Alegre (“HCPA” ou “Instituição”), com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, empresa pública de direito privado, criado pela Lei n° 5.604, de 02 de setembro de 1970 caracteriza-se por ser uma Unidade Orçamentária do Ministério da Educação (MEC), com patrimônio próprio e autonomia administrativa. Vincula-se academicamente à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como apoio ao ensino e a pesquisa junto aos cursos da Faculdade de Medicina, da Escola de Enfermagem e demais cursos vinculados à área da saúde, sendo campo de aprendizado para cursos de graduação e pós-graduação.

É um Hospital Geral Universitário, que presta assistência médico-hospitalar a pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS), a Convênios Privados e a pacientes particulares. Do ponto de vista organizacional, o hospital é administrado em sua máxima instância pelo Conselho Diretor, composto por integrantes vinculados à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e membros representantes dos Ministérios da Educação (MEC), da Saúde (MS), da Fazenda (MF) e do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

A gestão executiva da Instituição é conduzida pela Administração Central (AC), composta por Presidente, Vice-Presidente Médico, Vice-Presidente Administrativo, Coordenador do Grupo de Pesquisa e Pós Graduação (GPPG) e Coordenador do Grupo de Enfermagem (GENF). Os professores da UFRGS atuam na preceptorial dos programas de Residência Médica e Residência Integrada Multiprofissional em Saúde (RIMS). Os funcionários são contratados sob o regime da CLT, e o Capital Social pertence integralmente à União Federal.

02 Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

(a) Base de Preparação

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e são apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as disposições contidas na legislação societária (Lei 6.404/76 e alterações subsequentes incluindo a aplicação da Lei n° 11.638/07), as Normas Brasileiras de Contabilidade, os pronunciamentos e as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. Sendo assim, essa demonstração está sendo apresentada pela Instituição como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto das Demonstrações Financeiras.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas, considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de todo o Ativo Imobilizado.

(b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há novos pronunciamentos ou interpretações vigentes a partir de 2016 que pudessem ter um impacto significativo nas políticas e nas Demonstrações Financeiras da Instituição.

(c) Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI)

A base de elaboração das Demonstrações Financeiras é o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), Sistema Financeiro do Governo Federal, no qual o HCPA encontra-se aderido desde 01 de janeiro de 1992, na forma da Lei n° 4.320/76, observando aspectos da Lei 6.404/76 e Lei 11.638/07 em relação à escrituração contábil.

Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

(d) Operações com Moeda Estrangeira

As operações de importação, realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional (Real – R\$) mediante a utilização das taxas de câmbio divulgadas pelo Banco Central do Brasil-BACEN e pela Secretaria da Receita Federal do Brasil- SRFB. Os ganhos e perdas com variação cambial na aplicação das taxas de câmbios sobre os ativos e passivos são apresentados na Demonstração do Resultado como Receitas e Despesas Financeiras.

(e) Instrumentos Financeiros

A Instituição classifica seus ativos financeiros não derivativos sob a categoria de recebíveis, reconhecidos inicialmente na data em que foram originados, pelo valor justo, e após o reconhecimento inicial são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment*. São apresentados como Ativo Circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como Ativos Não Circulantes).

Os recebíveis da Instituição compreendem: Caixa e Equivalentes de Caixa, Crédito de Fornecimento de Serviços, Recursos a Receber para Provisões de Contingências, Recursos a Receber para Apropriações por Competência de Férias, Décimo Terceiro Salário, Licença Especial, Previdência Privada-TSP e demais contas a receber.

A Instituição não possui ativos financeiros mantidos para negociação, ativos disponíveis para venda e operações em derivativos.

A Instituição reconhece seus passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. A baixa de um passivo financeiro ocorre quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas.

A Instituição tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

(f) Caixa e equivalentes de caixa

Os ativos classificados como Caixa e Equivalentes de Caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, depósitos em poupança, investimentos de curto prazo de alta liquidez e rendimentos diários, com risco insignificante de mudança de valor. O excesso de caixa é aplicado no Fundo 133- Extra Mercado do Banco do Brasil.

(g) Estoques

Os estoques de materiais em almoxarifado a serem consumidos na prestação de serviços e no curso normal das atividades da Instituição são avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição e não excedem o valor de mercado. As importações em andamento estão registradas pelos custos incorridos apropriados até 31 de dezembro de 2016. No estoque não constam itens com custo superior ao valor realizável líquido. As perdas conhecidas em estoque são reconhecidas como despesa do exercício em que tais perdas ocorrem. Foi reconhecido o valor de R\$ 11, referente à estimativa de perda com estoques, como redução ao valor recuperável *impairment*, atendendo a determinação do CPC 01 (R1). (Nota nº08)

(h) Depósitos Judiciais

Os Depósitos Judiciais estão compostos de valores relativos aos depósitos recursais vinculados a causas trabalhistas, corrigidos até 31 de dezembro de 2016. Os recursos vinculados aos processos trabalhistas, depositados na Caixa Econômica Federal são atualizados pelo coeficiente de remuneração das contas do FGTS, enquanto que os depositados no Banco do Brasil são atualizados pela taxa de juros remuneratória da poupança. Os depósitos recursais referentes a processos trabalhistas são pagos com recursos próprios. Quando da execução do processo, se o desfecho for a favor do reclamante, a Instituição quita a dívida com recursos recebidos do Tesouro Nacional e o valor do depósito existente é restituído ao HCPA, devidamente corrigido.

Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

(i) Imobilizado e Intangível

O Imobilizado e o Intangível são mensurados pelo seu custo histórico, menos depreciação ou amortização acumulada. Os terrenos não são depreciados. O custo dos bens constantes no Patrimônio e nas Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2009 foi ajustado conforme laudo de empresa especializada, contratada para refletir o custo atribuído aos bens do permanente. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do Ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando esses custos adicionais puderem ser mensurados com segurança e quando dos quais espera-se benefícios econômicos futuros. Os valores contábeis de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida do resultado do exercício, quando incorridos. (Nota nº10)

Para que não haja perda do custo histórico, a depreciação ou amortização acumulada nas Demonstrações Financeiras está demonstrada pelo valor acumulado, desde a data do início de operação na Instituição, acrescido da depreciação do custo atribuído a partir do exercício de 2010.

As depreciações e amortizações são calculadas usando o método linear, considerando os seus custos durante a vida útil estimada, como demonstrado a seguir:

| | VIDA ÚTIL ESTIMADA |
|------------------------------------|-----------------------|
| Edificações (Prédios) | De 40 anos a 100 anos |
| Máquinas e Equipamentos | De 04 anos a 10 anos |
| Maquinas de Processamento de Dados | De 06 anos a 10 anos |
| Móveis, Utensílios Diversos. | De 06 anos a 10 anos |
| Veículos | De 03 anos a 10 anos |
| Intangível – Software | 05 anos |

As licenças de softwares adquiridas são contabilizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas, conforme incorridos.

(j) Impairment de ativos não financeiros

A administração do HCPA revisa o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações, com o objetivo de determinar e avaliar, sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem, que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São realizadas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperabilidade dos ativos de vida longa e medir a taxa potencial de deterioração, com base nos fluxos de caixa futuros projetados e descontados durante a vida remanescente estimada dos ativos, conforme o surgimento de novos acontecimentos ou novas circunstâncias. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre: (a) o valor de venda dos ativos menos os custos estimados para venda e b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou unidade geradora de caixa.

Em 2016, a Instituição avaliou o valor recuperável de ativos imobilizados e do intangível, concluindo que havia perdas por *impairment* no valor de R\$ 167 em itens de mobiliário em geral e veículos.

(k) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações assumidas pelas compras de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo reconhecidas pelo valor justo e classificadas como passivos circulantes, pois a Instituição tem por prática o pagamento dos fornecedores no vencimento que é de até 30 dias após a certificação do serviço prestado ou bem adquirido. (Nota nº 12)

Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

(l) Obrigações Tributárias

Na conta Obrigações Tributárias, são registrados os impostos federais PIS e COFINS e os valores retidos dos fornecedores, referentes a tributos municipais incidentes sobre serviços prestados na sede da Instituição, conforme Lei Complementar Municipal nº 306/93 e 07/73 e Leis Federais incidentes sobre bens ou serviços fornecidos conforme IN/RFB nº 1234 de 11/01/2012 e IN/RFB nº 971 de 2009. Todos os valores retidos dos fornecedores são recolhidos aos cofres públicos por ocasião do pagamento ao fornecedor. A Instituição goza de isenção de tributos federais conforme artigo nº 15 da Lei 5.604 de 02 de setembro de 1970. (Nota nº 13)

(m) Subvenções e Doações

Em cumprimento ao CPC nº 7 (R1) e Resolução do Conselho Federal de Contabilidade CFC nº.1143 de 21 de novembro de 2008, as subvenções governamentais recebidas são classificadas no Passivo, sendo reconhecidas no resultado como receita ao longo do período, as quais são confrontadas com as despesas que se pretende compensar.

Em caso de subvenção para investimento, a receita é reconhecida, mensalmente, na mesma proporção da depreciação referente aos bens adquiridos com estes recursos. Em caso de subvenção de custeio (despesa com pessoal, tais como folha de pagamento com encargos, indenizações trabalhistas, previdência privada e parte das despesas com manutenção), a receita é reconhecida à medida que forem apropriadas as despesas correspondentes. (Nota nº 16).

(n) Receita Diferida Líquida

A receita diferida líquida está composta pela Receita Diferida deduzida dos Custos Diferidos. Por ocasião da aquisição de bens do Ativo Imobilizado adquiridos com recursos de subvenções ou doações para investimentos, a Instituição registra o evento em Receita Diferida, transferindo para o resultado (conta Receita do Diferido - subgrupo Ajustes da Receita Bruta), a débito da conta Custos Diferidos, a realização dessa receita na mesma proporção da depreciação ou do valor da baixa dos bens adquiridos com subvenção. (Nota nº 17).

(o) Benefícios a Empregados

A Instituição possui diversos planos de benefícios a empregados, como creche, assistência médica, seguro de vida, auxílio alimentação, entre outros, que são reconhecidos no resultado do exercício em que ocorre a prestação do serviço ao empregado, obedecendo ao regime de competência. Como benefício pós-emprego a Instituição oferece plano de aposentadoria complementar.

(p) Contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias e outras) são reconhecidas quando: (i) a Instituição tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

O valor das ações cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica do HCPA, é considerada possível compõe-se de: R\$ 8.467 Cíveis, R\$ 83.054 Trabalhistas e R\$ 17.640 Tributárias, totalizando R\$ 109.161.

Os valores estimados das causas trabalhistas e ainda não depositados são inscritos em Recursos a Receber já que as despesas deste tipo são cobertas por recursos repassados pelo Tesouro Nacional. (Nota nº 15).

Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

(q) Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação dos serviços no curso normal das atividades da Instituição.

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos, dos descontos, dos ajustes da receita referentes à dedução de repasses para Subvenção e Doações Governamentais, acrescida do reconhecimento da receita e contabilizada independentemente de seu efetivo recebimento (Nota nº22).

Serviços Prestados

Todos os serviços prestados pela Instituição, ao Sistema Único de Saúde (SUS), a convênios privados, particulares e pesquisas, estão contabilizados dentro da competência pelo seu valor bruto sem deduções.

Repasses Recebidos

Esta rubrica representa os valores descentralizados pelo MEC para cobrir despesas com folha de pagamento de pessoal, encargos sociais, benefícios, financiamento da Previdência Social - TSP e outras despesas, todas relacionadas com os funcionários da Instituição.

Também estão inclusas as descentralizações de recursos repassados pelo MEC e por outros órgãos através de convênios para cobrir despesas de capital e custeio.

Ainda fazem parte desta rubrica, as transferências de recursos por empresas privadas, para realização de projetos específicos.

Ajustes da Receita Bruta

Neste grupo, são lançados os ajustes da conta de receita Repasses Recebidos. Em cumprimento ao CPC nº 7 (R1) e Resolução do Conselho Federal de Contabilidade CFC nº.1143 de 21 de novembro de 2008, a receita é excluída do resultado e lançada no Passivo no momento da descentralização ou da transferência dos créditos, e incluída no Resultado com a respectiva baixa no Passivo na mesma proporção em que ocorrer a apropriação das despesas de custeio ou as despesas de depreciação dos bens adquiridos com esses recursos ou ainda, na devolução dos recursos não utilizados. Compõe também este grupo, os repasses concedidos a Entes conveniados.

Receitas Financeiras

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação às contas a receber, a Instituição reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida à receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

(r) Custos dos Serviços e Despesas Administrativas

Os custos dos serviços e despesas administrativas foram apropriados de acordo com a compatibilização dos valores contábeis e os valores existentes nos controles elaborados pelo Serviço de Análise e Controle do HCPA.

Na determinação do resultado do exercício foram computados os custos e as despesas pagas ou incorridos correspondente às receitas de serviços reconhecidas no exercício. (Nota nº23).

Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

(s) **Publicação da Concessão de Suprimento de Fundos**

Atendendo o Princípio da Publicidade previsto no art. 37 da Constituição Federal e art. 3º da Lei nº 8.666/93 (item 9.1.10 do relatório de Auditoria - Acórdão/TCU nº 1276/2008), o ato de concessão de suprimento de fundos é divulgado em meio eletrônico no seguinte endereço eletrônico: www.hcpa.edu.br e intranet.

03 Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados baseando-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, políticas governamentais, orientações dos Órgãos Setoriais de Controle do MEC e da STN, CGU e TCU e demais fatores considerados razoáveis para as circunstâncias. Com base em diversas premissas, a Instituição faz estimativas com relação ao futuro resultantes de um orçamento econômico, continuamente acompanhado pela Coordenadoria Financeira.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, várias estimativas, dentre elas: seleção de vida útil dos bens do imobilizado, provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisões para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas, redução do valor recuperável de ativos, entre outras.

04 Gestão de Risco Financeiro

(a) **Risco de Liquidez**

O risco da Instituição não dispor de recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros é administrado através do monitoramento das previsões de um fluxo orçamentário realizado pela Coordenadoria Financeira. A este departamento compete assegurar que haja caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, obedecendo às leis vigentes e assegurando que haja empenho prévio para os compromissos assumidos dentro dos recursos orçamentários previstos. A realização de despesas com recursos diretamente arrecadados são efetivadas após o recebimento efetivo dos mesmos.

(b) **Risco de Crédito**

Os riscos de crédito da Instituição, decorrentes de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos, valores a receber do Tesouro Nacional e dos clientes de convênios e particulares, são mínimos e administrados corporativamente.

A administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

Os recursos oriundos do Tesouro Nacional são deliberados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e fixados pela Lei Orçamentária Anual e suas regulamentações.

No exercício de 2017 os recursos orçamentários foram fixados pela Lei 13.414, de 10 de janeiro de 2017, publicada no DOU em 11 de janeiro de 2017.



Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

(c) Estimativa do Valor Justo

Os saldos das Contas a Receber dos Clientes e Contas a Pagar aos fornecedores estão próximos de seus valores justos.

A Instituição aprovou no Conselho Diretor na reunião nº 408, realizada em 12 de dezembro de 2016, as Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD relativos a perdas prováveis (*impairment*) de Contas a Receber de Clientes, utilizando como critério as contas não recebidas e vencidas há pelo menos seis (6) meses, acrescido de uma análise técnica qualitativa de cada devedor.

Os Estoques garantem 56,68 dias de utilização, com os preços médios devidamente de acordo com o mercado. O volume dos estoques decorre muitas vezes da política governamental orçamentária de cada exercício. Existem recursos subvencionados para este fim que necessitam ser liquidados durante o exercício.

05 Caixa e Equivalentes de Caixa

| | <u>31/12/2016</u> | <u>31/12/2015</u> |
|------------------------------------|----------------------|----------------------|
| Caixa | 10 | 5 |
| Conta Corrente | 3.007 | 2.567 |
| Depósitos Bancários de Curto Prazo | 22.995 | 3.342 |
| Conta Limite de Saque | <u>8.993</u> | <u>9.843</u> |
| Saldo Contábil | <u>35.005</u> | <u>15.757</u> |

A conta limite de saque é composta pelo saldo dos recursos públicos vinculados a convênios ou recursos especiais que não podem ser aplicados em Fundos de Curto Prazo. Estes recursos estão disponíveis para cobrir despesas de capital ou custeio.

O saldo de depósitos bancários de Curto Prazo está composto pelo valor de R\$ 12.225, recurso financeiro recebido em 2016, correspondente à sentença favorável no processo nº 97.0002758-9, interposto contra a Fazenda Previdenciária - diante da inconstitucionalidade instituída pela LC. nº 84/96, que refere-se aos encargos patronais incidentes sobre o pagamento a autônomos e administradores, no período de setembro 1989 a agosto de 1995 enquanto vigentes as Leis nº 7.787/89 e 8.212/91. Está registrado em conta de passivo (Obrigações a Restituir) enquanto aguarda a liberação do crédito orçamentário pela Secretaria de Orçamento Federal – SOF. Salientamos que o valor total da ação é de R\$ 12.726, sendo que R\$ 501 foi retido como garantia do crédito em execução do processo nº 200.71.00.017106-6/RS que tramita na 14ª Vara Federal de Porto Alegre, cuja natureza do débito é Previdenciária.






Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

06 Créditos de Fornecimento de Serviços

| | <u>31/12/2016</u> | <u>31/12/2015</u> |
|---|----------------------|----------------------|
| Sistema Único de Saúde (SUS) | 45.392 | 49.856 |
| Convênios Privados | 14.198 | 11.901 |
| Clientes Particulares | 223 | 499 |
| Créditos Diversos | <u>119</u> | <u>64</u> |
| Subtotal | <u>59.932</u> | <u>62.320</u> |
| Perdas Estimadas de Cred. Liq. Duvidosa – PECLD | <u>(18.729)</u> | <u>(15.296)</u> |
| Valor Líquido a Receber | <u>41.203</u> | <u>47.024</u> |
| Outras Faturas a Receber (FNS) | <u>4.624</u> | <u>4.624</u> |
| Saldo Contábil | <u>45.827</u> | <u>51.648</u> |

Os Créditos de Fornecimento de Serviços correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Instituição.

O valor de R\$ 4.624, outras faturas a receber, corresponde ao valor devolvido ao FNS referente à ação nº 8585 devido o cancelamento de RAPNP (2012 a 2014) parcela esta pertencente ao contrato firmado com o Gestor de Saúde do Município de Porto Alegre pela prestação de serviços SUS, o qual está aguardando reposição do crédito orçamentário e financeiro, visto o cancelamento dos Restos a Pagar Processados (RAPs) ter sido motivado pelo rompimento de contratos com fornecedores. Não houve, em etapas posteriores, nova licitação para atender as demandas de custeio das atividades do HCPA inerentes aos contratos cancelados.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo menos as Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PECLD” ou “Impairment”).

07 Adiantamentos de Pessoal

| | <u>31/12/2016</u> | <u>31/12/2015</u> |
|---|----------------------|----------------------|
| Décimo Terceiro Salário | 5.790 | 5.533 |
| Férias | 3.868 | 3.668 |
| Abono sobre Férias | 1.900 | 1.800 |
| Outros Adiantamentos Concedidos a Pessoal | <u>14</u> | <u>10</u> |
| Saldo Contábil | <u>11.572</u> | <u>11.011</u> |

Por ocasião do pagamento das férias de pessoal, a Instituição tem por prática adiantar 50% do décimo terceiro salário do exercício de competência. O saldo do adiantamento de décimo terceiro salário refere-se ao exercício de 2016 enquanto que o saldo de férias refere-se ao pagamento em dezembro relativo à competência janeiro de 2017.




Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

08 Estoques de Materiais de Consumo

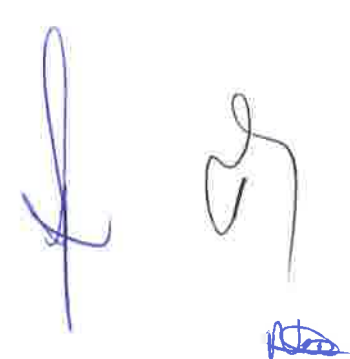
| | <u>31/12/2016</u> | <u>31/12/2015</u> |
|---|----------------------|----------------------|
| Medicamentos | 6.367 | 7.192 |
| Material Médico, Hospitalar e Laboratorial | 9.722 | 10.948 |
| Material de Órtese e Prótese | 1.170 | 1.769 |
| Materiais e Utensílios | 397 | 436 |
| Rouparia (uniformes) | 1.110 | 1.193 |
| Higiene, Limpeza, Segurança e Proteção | 408 | 228 |
| Material Expediente/Informática/Gráfica | 511 | 337 |
| Combustíveis, Lubrificantes e Gases | 74 | 120 |
| Materiais Engenharia/Ferramentas/Elétrico/Predial | 2.074 | 2.192 |
| Saldo Contábil | <u>21.833</u> | <u>24.415</u> |

Os estoques representam os materiais em almoxarifado a serem consumidos na prestação de serviços e no curso normal das atividades da Instituição. São avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição e não excedem o valor de mercado. Foi reconhecido o valor de R\$ 11, referente à estimativa de perda com estoques, como redução ao valor recuperável *impairment*, atendendo a determinação do CPC 01 (R1).

09 Devedores por Convênios e Provisão para Perdas Prováveis

| | <u>31/12/2016</u> | <u>31/12/2015</u> |
|--|-------------------|------------------------|
| Contribuição a Previdência Social (2011 a 2013) | - | 12.652 |
| Atualização pela Taxa Selic | - | 6.367 |
| Saldo Contábil Devedores por Convênios | <u>-</u> | <u>19.019</u> |
| Saldo Contábil Provisão para Perdas Prováveis | <u>-</u> | <u>(19.019)</u> |
| Saldo Contábil | <u>-</u> | <u>-</u> |

O saldo em 31/12/2015 refere-se aos valores de Contribuição a Previdência Social repassados à FMRS (Fundação de Apoio ao HCPA) a título de Contribuição Previdenciária corresponde aos encargos previdenciários patronais pagos sobre honorários a professores no período de 2011 a 2013. Tal evento foi necessário em função de discussão judicial, pela Fundação de Apoio, junto ao Instituto Nacional do Seguro Social. Em 2016 o registro contábil foi baixado em função da classificação de êxito da ação ser remota, conforme opinião dos consultores jurídicos que patrocinam a causa.

Notas Explicativas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

10 Imobilizado

| | | | | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|---------------------------------|---------|----------------|------------------|------------------------------|----------------|
| | Taxa % | Custo | Depreciação | Redução ao Valor Recuperável | Saldo |
| Edifícios | 1 | 210.169 | (47.674) | - | 162.495 |
| Terrenos | | 68.786 | - | - | 69.693 |
| Obras em Andamento ¹ | 4 | 290.617 | (185) | - | 290.432 |
| Bens Móveis e Imóveis | 10 a 20 | 202.186 | (105.959) | (124) | 96.103 |
| Informática | 20 a 50 | 20.421 | (13.430) | - | 7.311 |
| Veículos Diversos | 10 a 20 | 1.003 | (610) | (43) | 350 |
| Subtotal Imobilizado | | 793.182 | (167.858) | (167) | 625.157 |
| Importações em Andamento | | - | - | - | 2 |
| Saldo Contábil | | 793.182 | (167.858) | (167) | 625.157 |

O Imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Os terrenos não são depreciados.

A depreciação acumulada está demonstrada pelo valor acumulado desde a data do início de operação na Instituição acrescido da depreciação do custo atribuído a partir do exercício de 2010. As depreciações são calculadas usando o método linear, considerando os custos dos ativos durante a vida útil estimada dos mesmos.

(a) Movimentação do Ativo Imobilizado

| | Custo 01/01/2016 | Aquisições | Transf. | Baixas | Custo 31/12/2016 |
|---------------------------------|------------------|----------------|------------|----------------|------------------|
| Edifícios | 208.405 | - | 2.043 | (302) | 210.146 |
| Terrenos | 68.786 | - | 24 | - | 68.810 |
| Obras em Andamento ¹ | 158.233 | 133.800 | (2.062) | (33) | 289.938 |
| Bens Móveis e Imóveis | 196.774 | 7.067 | 236 | (1.213) | 202.864 |
| Informática | 18.986 | 1.597 | - | (162) | 20.421 |
| Veículos Diversos | 675 | 328 | - | - | 1.003 |
| Total Imobilizado | 651.859 | 142.792 | 241 | (1.710) | 793.182 |

11 Intangível

| | | | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|-----------------------|---------|--------------|----------------|------------|
| | Tx. % | Custo | Depreciação | Saldo |
| Software | 20 a 50 | 6.078 | (5.313) | 765 |
| Saldo Contábil | | 6.078 | (5.313) | 765 |

O Intangível é mensurado pelo seu custo histórico, menos a amortização acumulada.

¹ O saldo de obras em andamento está acrescido de benfeitorias em prédios de terceiros, razão pela qual se consideram despesas de depreciação a taxa de quatro por cento.

Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

A amortização acumulada está demonstrada pelo valor acumulado desde a data do início de operação na Instituição acrescido da amortização do custo atribuído a partir do exercício de 2010. As amortizações são calculadas usando o método linear, considerando os custos dos ativos durante a vida útil estimada dos mesmos.

12 Fornecedores

| | <u>31/12/2016</u> | <u>31/12/2015</u> |
|-------------------------------------|----------------------|----------------------|
| Aceco TI S.A | 4.898 | 140 |
| Consórcio Tratenge Engeform | 2.054 | 6.197 |
| CPM Braxis | 814 | 774 |
| Cirúrgica Jaw Com. Mat. Médico Hosp | 748 | 1.003 |
| Principais Fornecedores Nacionais | <u>8.514</u> | <u>8.114</u> |
| Demais Fornecedores | <u>29.717</u> | <u>32.645</u> |
| Saldo Contábil | <u>38.231</u> | <u>40.759</u> |

Os quatro principais fornecedores representam 22,27% do saldo total de Fornecedores a Pagar na data base de dezembro de 2016 . A seguir apresentamos as principais transações:

(a) Aceco TI

Este fornecedor é responsável pela execução da obra do prédio Centro Integrado – CITI, contrato nº 11.444, cuja vigência é 30/12/2017, PAC nº 126.218, valor inicial de R\$ 40.456, valor atualizado até 31/12/2016 é de R\$ 54.462. Atualmente o HCPA aporta um valor mensal de aproximadamente R\$ 653.

(b) Consórcio Tratenge Engeform

Este fornecedor é responsável pela realização das obras dos Anexos I e II do projeto de expansão do HCPA. A contratação desta empresa foi realizada por meio do processo licitatório nº 128663 no ano de 2013, que culminou com a formalização do contrato nº 12727 para execução da construção dos prédios anexos I e II durante o período de Dezembro/13 até Dezembro/18. O valor nominal do contrato é de R\$ 397.338 e seu valor atualizado, com os reajustes anuais é de R\$ 471.370. Atualmente o HCPA vem tendo uma despesa mensal aproximada de R\$ 8.807 mensais com este fornecedor. A previsão de conclusão das obras e quitação do fornecedor é dezembro/2018 e dependerá do valor a ser repassado para o HCPA, na ação 148G, no ano de 2017.

(c) CPM Braxis

A CPM Braxis S.A, processo nº: 129.780, contrato nº 14.015 no valor total contratado de R\$ 35.597, com vigência até 01/08/19. A empresa presta serviços de informática, na modalidade de fábrica de software, com dimensionamento das atividades e/ou serviços demandados utilizando-se técnica de contagem de pontos por função (APF), para desenvolvimento, manutenção e documentação de sistemas de informação.

(d) Cirúrgica Jaw Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda.

Fornecedor de medicamentos e materiais hospitalares. Apresenta diversos contratos cujo valor total contratado é de R\$ 5.564, com vigência até 02/12/2017.



Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

13 Obrigações Tributárias e Sociais

| | <u>31/12/2016</u> | <u>31/12/2015</u> |
|--|---------------------|---------------------|
| Tributos Federais e Municipais retidos de Fornecedores | 1.705 | 2.347 |
| PIS sobre Faturamento | 26 | 22 |
| COFINS sobre Faturamento | 123 | 117 |
| Obrigações Tributárias | <u>1.854</u> | <u>2.486</u> |
| Obrigações Sociais | <u>556</u> | <u>160</u> |
| Saldo Contábil | <u>2.410</u> | <u>2.646</u> |

Na conta Obrigações Tributárias, são registrados os impostos federais PIS e COFINS e os valores retidos de fornecedores, referentes a tributos municipais incidentes sobre serviços prestados na sede da Instituição conforme Lei Complementar Municipal nº 306/93 e 07/73 e federais incidentes sobre bens ou serviços fornecidos conforme IN/RFB nº 1234 de 30/01/2012 e IN/RFB nº 971 de 2009. Todos os valores retidos dos fornecedores são recolhidos aos cofres públicos por ocasião do pagamento ao fornecedor. A Instituição goza de isenção de impostos federais conforme artigo nº 15 da Lei 5.604 de 02 de setembro de 1970.

O saldo de Obrigações Sociais é composto pelo INSS retido de Fornecedores.

14 Obrigações a Restituir

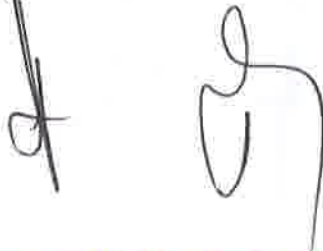
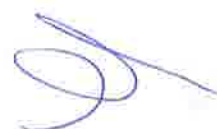
Correspondem a sentença favorável no processo nº 97.0002758-9 no valor de R\$ 12.225 interposto contra a Fazenda Previdenciária - diante da inconstitucionalidade instituída pela LC nº 84/96, que refere-se aos encargos patronais incidentes sobre o pagamento a autônomos e administradores através de bolsas, no período de setembro 1989 a agosto de 1995 enquanto vigentes as Leis nº 7.787/89 e 8.212/91. O registro no Passivo se faz necessário enquanto o HCPA aguarda a liberação do crédito orçamentário pela Secretaria de Orçamento Federal – SOF. O ingresso deste valor está registrado em conta de ativo (Depósitos Bancários de Curto Prazo) o qual ocorreu em fevereiro de 2016.

15 Contingências e Apropriações por Competência

| | <u>31/12/2016</u> | | | <u>31/12/2015</u> |
|----------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| | <u>Curto Prazo</u> | <u>Longo Prazo</u> | <u>Total</u> | <u>Total</u> |
| Contingências (a) | 17.065 | 215.536 | 232.601 | 210.527 |
| Férias a Pagar (b) | 85.359 | - | 85.359 | 81.561 |
| Licença Especial (c) | 44.951 | - | 44.951 | 39.332 |
| Tempo de Serviço Passado TSP (d) | 4.459 | 27.125 | 31.584 | 37.820 |
| Saldo Contábil | <u>151.834</u> | <u>242.661</u> | <u>394.495</u> | <u>369.240</u> |

A Instituição registra no ativo todos os recursos a receber relativos às provisões e valores a pagar mensurados com segurança e registrados no passivo, provenientes de despesas com pessoal, os quais são custeados com recursos advindos do Tesouro Nacional.

Os recursos a receber, bem como os valores a pagar e provisões relacionadas estão mensurados pelo valor presente dos gastos, conforme segue:

Notas Explicativas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

(a) Contingências

| | <u>31/12/2016</u> | | | <u>31/12/2015</u> |
|-------------------------------|--------------------|--------------------|----------------|-------------------|
| | <u>Curto Prazo</u> | <u>Longo Prazo</u> | <u>Total</u> | <u>Total</u> |
| Contingências Trabalhistas | 14.271 | 201.041 | 215.312 | 195.832 |
| Contingências Cíveis | 2.794 | 13.752 | 16.546 | 14.036 |
| Contingências Tributárias | - | 743 | 743 | 659 |
| Saldo de Contingências | 17.065 | 215.536 | 232.601 | 210.527 |

A movimentação de precatórios e provisões de contingências do período está demonstrada a seguir:

| | <u>31/12/2016</u> | | | |
|-------------------------------|--------------------|---------------|-------------------|----------------|
| | <u>Trabalhista</u> | <u>Cível</u> | <u>Tributária</u> | <u>Total</u> |
| Saldo Inicial | 195.832 | 14.036 | 659 | 210.527 |
| Adições | 36.113 | 4.438 | 84 | 40.635 |
| Baixas por Pagamento | (16.633) | - | - | (16.633) |
| Baixas por Reversão | - | (1.928) | - | (1.928) |
| Saldo de Contingências | 215.312 | 16.546 | 743 | 232.601 |

São reconhecidas como contingências, nas Demonstrações Financeiras, as ações judiciais, classificadas como perdas prováveis. Desta forma as contingências (trabalhistas, cíveis e tributárias) seguem os seguintes critérios para contabilização: (i) a Instituição tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

Os valores estimados e ainda não depositados são inscritos em Recursos a Receber já que estas despesas são cobertas por recursos repassados pelo Tesouro Nacional.

(b) Férias a Pagar

| | <u>31/12/2016</u> | <u>31/12/2015</u> |
|---------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Férias | | |
| Saldo Inicial | 59.441 | 51.696 |
| Baixas | (57.041) | (50.866) |
| Apropriações | 59.825 | 58.626 |
| Total de Férias | 62.225 | 59.456 |
| Encargos Sobre Férias | | |
| Saldo Inicial | 22.100 | 19.229 |
| Baixas | (21.262) | (18.919) |
| Apropriações | 22.296 | 21.795 |
| Total de Encargos sobre Férias | 23.134 | 22.105 |
| Saldo de Férias a Pagar | 85.359 | 81.561 |

Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

(c) Licença Especial

| | <u>31/12/2016</u> | <u>31/12/2015</u> |
|--|----------------------|----------------------|
| Licença Especial | | |
| Saldo Inicial | 28.684 | 24.357 |
| Baixas | (4.088) | (5.394) |
| Apropriações | <u>8.173</u> | <u>9.721</u> |
| Total de Licença Especial | <u>32.769</u> | <u>28.684</u> |
| Encargos Sobre Licença Especial | | |
| Saldo Inicial | 10.649 | 9.040 |
| Baixas | (1.520) | (2.001) |
| Apropriações | <u>3.053</u> | <u>3.609</u> |
| Total de Encargos sobre Licença Especial | <u>12.182</u> | <u>10.648</u> |
| Total de Licença Especial a Pagar | <u>44.951</u> | <u>39.332</u> |

(d) Tempo de Serviço Passado

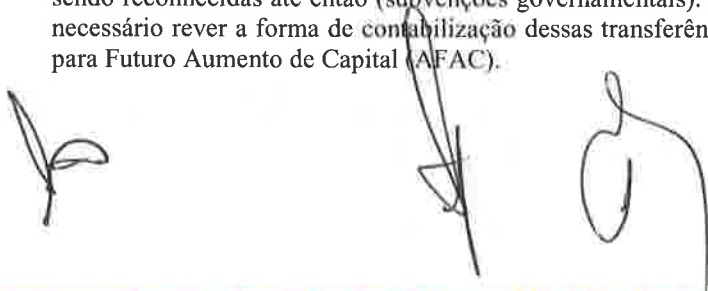
O HCPA possui financiamento com o Banco do Brasil para Previdência Privada - TSP a ser amortizado em 164 parcelas mensais a partir de 01 de junho de 2010 referentes às competências de maio de 2010 a dezembro de 2023 e atualizadas pelo INPC, considerando juros mensais de 0,4868%. Como este financiamento é pago com Recursos do Tesouro Nacional, o valor referente às próximas doze prestações encontra-se registrado no Ativo e Passivo Circulante. No Ativo e Passivo Não Circulante constam o restante das parcelas a serem pagas.

16 Subvenções e Doações

Os valores descentralizados pelo MEC para pagamento de folha, encargos e benefícios não estão contemplados nos itens relacionados a seguir, visto que os repasses são utilizados em despesas correntes lançadas na competência.

| | <u>Fonte</u> | <u>31/12/2016</u> | <u>31/12/2015</u> |
|---|--------------|----------------------|---------------------|
| Apoio HCPA por Restos a Pagar | AVON | - | 49 |
| Obras e Instalações | SPO | 6.054 | 1.193 |
| Projeto AGHU | EBSERH | 424 | 125 |
| Projeto Álcool e Drogas | SENAD | 40 | 1.034 |
| Projeto Neuromodulação | FNDCT | 305 | 383 |
| Programa REHUF | DEFNS | 4.341 | 5.712 |
| Programa Prevenção Eventos Cardiovasculares | FINEP | 24 | - |
| Projeto Estimulador Cerebral | SES | <u> </u> | <u>50</u> |
| Saldo Contábil | | <u>11.188</u> | <u>8.546</u> |

O Hospital de Clínicas de Porto Alegre está aguardando posição do Grupo de Trabalho constituído através da Portaria/STN/MF nº 702/2016/CCONT-STN para proceder uma possível mudança no reconhecimento das transferências de recursos enviados pela União para as Empresas Estatais Dependentes. Essa mudança implica em reconhecer essas transferências como Aumento de Capital, diferentemente da forma como as mesmas vêm sendo reconhecidas até então (subvenções governamentais). Caso a mudança de critério seja implementada será necessário rever a forma de contabilização dessas transferências, reconhecendo as mesmas como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC).




Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

17 Receita Diferida Líquida

| | <u>31/12/2016</u> | <u>31/12/2015</u> |
|--|------------------------|------------------------|
| Receita Diferida | | |
| Saldo Inicial | 203.648 | 130.654 |
| Aquisições | <u>127.779</u> | <u>72.994</u> |
| Saldo da Receita Diferida | <u>331.427</u> | <u>203.648</u> |
| Saldo Inicial | (28.028) | (21.344) |
| Transferência para o Resultado | <u>(6.251)</u> | <u>(6.684)</u> |
| Saldo de Custo Diferido | <u>(34.279)</u> | <u>(28.028)</u> |
| Total da Receita Diferida Líquida | <u>297.148</u> | <u>175.620</u> |

A receita diferida líquida está composta pela Receita Diferida deduzida dos Custos Diferidos. Por ocasião da aquisição de bens do Ativo Imobilizado adquiridos com recursos de subvenções ou doações para investimentos, a Instituição registra o evento em Receita Diferida, transferindo para o resultado (conta Receita do Diferido - subgrupo Ajustes da Receita Bruta) a débito da conta Custos Diferido, a realização dessa receita na mesma proporção da depreciação ou valor da baixa dos bens adquiridos com subvenção.

18 Obrigações da Previdência Complementar

O Plano de Benefícios HCPA PREV foi criado em 2009, é patrocinado pelo Hospital de Clínicas, administrado e executado pela BB Previdência – Fundo de Pensão Banco do Brasil, estruturado sob a modalidade de Contribuição Variável (CV), na forma definida pela Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005, observando ainda que os Benefícios Programados apresentam a conjugação das características das modalidades de Contribuição Definida (CD) e Benefício Definido (BD).

Assim, observamos características de CD durante a fase de acumulação dos Benefícios Programados, onde o valor desses benefícios a serem concedidos quando da implementação das condições previstas pelos dispositivos regulamentares é conhecido, a posteriori, a partir da transformação do saldo acumulado nos Fundos Individual e Patrocinado ao longo da vida laborativa, conforme opção do Participante, em função do fator atuarial correspondente às características individuais dos Participantes e o respectivo grupo familiar. A partir de suas concessões, o pagamento destes é garantido vitaliciamente, independente da cobertura patrimonial existente nos saldos individuais, o que lhe atribui, também, características de BD.

Os mais recentes estudos atuariais do valor presente da obrigação de benefício definido foram realizados em 31 de dezembro de 2016 pela GAMA Consultores Associados, membro do Instituto Brasileiro de Atuários. O valor presente da obrigação de benefício definido, o custo do serviço corrente e custo do serviço passado, foram medidos utilizando o método de crédito unitário projetado.

Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial

| | |
|---|-------------------|
| Taxa de Juros Atuarial | 5,68% |
| Projeção de aumento Real Média dos Salários | zero |
| Taxa de Rotatividade | 1,45% |
| Indexador de Reajuste dos Benefícios do Plano | INPC (IBGE) |
| Tábua de Mortalidade/Sobrevivência de Ativos | AT 2000M(Basic) |
| Tábua de Mortalidade/Sobrevivência de Aposentados | AT 2000 M (Basic) |
| Tábua de Mortalidade/Sobrevivência de Invalídios | EX-IAPC |
| Tábua de Entrada em Invalidez | TASA 27 |

Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Status do Fundo e Passivo/Ativo

| | <u>2016</u> | <u>2015</u> |
|---|--------------|---------------|
| Valor presente da Obrigação Atuarial Líquida | (59.642) | (13.793) |
| Valor Justo dos Ativos do plano no Final do Período | 63.047 | 36.647 |
| Status do Plano de Benefícios / Superávit | <u>3.405</u> | <u>22.854</u> |

Considerando a posição de 31 de dezembro de 2016 dos cálculos apresentados pela GAMA Consultores Associados, o Plano HCPA Previdência apresentou superávit pelo quarto ano consecutivo, gerando a necessidade de criar Reserva Especial para revisão e destinação do montante. Contudo, por ainda não existirem os benefícios econômicos líquidos, a Patrocinadora não efetuou o reconhecimento contábil do valor correspondente nas Demonstrações Financeiras.

19 Capital Social

O Capital Social pertence integralmente a União Federal. O último aumento de capital ocorreu em 13 de junho de 2012, com a incorporação dos lucros acumulados apresentados nas Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2011 e autorizados pelo Ministério da Fazenda. Não houve evolução do Capital nos quatro últimos exercícios.

20 Ajuste de Avaliação Patrimonial

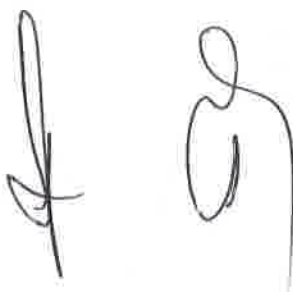
A partir da competência 2010, na medida em que os bens objeto do ajuste de avaliação patrimonial estão sendo realizados, ou seja, depreciados, amortizados ou baixados em contrapartida do resultado, simultaneamente, os respectivos valores são transferidos dessa conta para conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados.

| | <u>31/12/2016</u> | <u>31/12/2015</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Saldo Inicial em 01 de janeiro | (16.854) | (16.225) |
| Recomposição pela Baixa ou Depreciação de Bens | (1.319) | (629) |
| Saldo em 31 de dezembro | <u>(18.173)</u> | <u>(16.854)</u> |

21 Reservas de Retenção do Lucro

| | <u>31/12/2016</u> | <u>31/12/2015</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Saldo Inicial em 01 de janeiro | 23.555 | 24.882 |
| Resultado do Período Findo em 31 de Dezembro | (3.765) | (1.953) |
| Ajuste de exercícios anteriores | 413 | (2) |
| Recomposição do Patrimônio Líquido (custo atribuído) | 1.319 | 628 |
| Saldo em 31 de dezembro | <u>21.522</u> | <u>23.555</u> |

A partir do exercício 2012, os Resultados Líquidos apurados no exercício são transferidos para as Reservas de Retenção do Lucro, destinada para investimentos, conforme recomendação da Nota Técnica nº 386/CGCOR/DEST/SE-MP, datada de 24 de setembro de 2012.


Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

22 Receita Operacional Líquida

| | <u>31/12/2016</u> | <u>31/12/2015</u> |
|--|-------------------------|-------------------------|
| Serviços Prestados | | |
| SUS | 171.368 | 180.891 |
| Convênios, Particulares e Pesquisa | <u>53.414</u> | <u>45.855</u> |
| Total de Serviços Prestados | <u>224.782</u> | <u>226.746</u> |
| Repasses Recebidos | | |
| Repasses Recebidos | 1.105.348 | 1.005.312 |
| Repasses de Apropriações a Receber | <u>31.491</u> | <u>27.457</u> |
| Total de Repasses Recebidos e a Receber | <u>1.136.839</u> | <u>1.032.769</u> |
| Total da Receita Bruta | <u>1.361.621</u> | <u>1.259.515</u> |
| Ajustes da Receita | | |
| Receita de Diferido (Reversão da Subvenção) | 6.680 | 18.091 |
| Subvenções e Doações Governamentais | (133.437) | (88.375) |
| Inscrição de Repasse no Diferido | | (1.209) |
| Repasse Concedido | <u>(456)</u> | <u>(228)</u> |
| Total de Ajustes da Receita | <u>(127.213)</u> | <u>(71.721)</u> |
| Deduções da Receita Bruta | | |
| PIS sobre Faturamento | (348) | (297) |
| COFINS sobre Faturamento | (1.607) | (1.372) |
| Glosas e Abatimentos | <u>(32)</u> | <u>(135)</u> |
| Total das Deduções da Receita Bruta | <u>(1.987)</u> | <u>(1.804)</u> |
| Receita Líquida Operacional | <u>1.232.421</u> | <u>1.185.990</u> |

23 Custos dos Serviços e Despesas Administrativas por Natureza

| | <u>31/12/2016</u> | <u>31/12/2015</u> | | |
|-----------------------------------|---------------------------|---------------------------------|--------------|--------------|
| | <u>Custo dos Serviços</u> | <u>Despesas Administrativas</u> | <u>Total</u> | <u>Total</u> |
| Salários e Encargos | 664.268 | 161.012 | 825.280 | 799.013 |
| Bolsas Residentes | 23.308 | 5.650 | 28.958 | 24.476 |
| Sentenças | 11.733 | 2.844 | 14.577 | 4.155 |
| Benefícios de Pessoal | 55.660 | 13.491 | 69.151 | 68.614 |
| Consumo de Materiais | 114.909 | 27.853 | 142.762 | 137.978 |
| Depreciações/Amortizações | 18.396 | 4.459 | 22.855 | 23.646 |
| Locação Mão de Obra | 5.906 | 1.432 | 7.338 | 6.225 |
| Consultoria/Serviços PF | 8.966 | 2.173 | 11.139 | 10.657 |
| Fundação de Apoio Precep. e Sup. | 21.588 | 5.233 | 26.821 | 24.075 |
| Loc./Manutenção Bens Móveis | 7.656 | 1.856 | 9.512 | 8.229 |
| Loc./Manutenção Bens Imóveis | 4.867 | 1.180 | 6.047 | 8.815 |
| Desenv. e Manutenção Softwares | 16.437 | 3.984 | 20.421 | 21.975 |
| Energia Elétrica, Água e Telefone | 15.167 | 3.676 | 18.843 | 15.392 |
| Serviço de Controle Ambiental | 967 | 234 | 1.201 | 1.049 |
| Seleção e Treinamento | 3.018 | 732 | 3.750 | 4.204 |

Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

| | | | <u>31/12/2016</u> | <u>31/12/2015</u> |
|-----------------------------------|-------------------------------|-------------------------------------|-------------------|-------------------|
| | <u>Custo dos Serviços</u> | <u>Despesas Administrativas</u> | <u>Total</u> | <u>Total</u> |
| Serviços Lab. Análise e Pesquisa | 1.323 | 321 | 1.644 | 2.815 |
| Serviços de Publicidade | 594 | 144 | 738 | 839 |
| Serviços de Cópias e Reprodução | 1.936 | 469 | 2.405 | 1.682 |
| Despesas c/ Frete e Armazenagem | 1.543 | 374 | 1.917 | 1.939 |
| Anuidades, Assinaturas e Seguros | 2.118 | 513 | 2.631 | 2.926 |
| (-) Incorporações Bens | (1.159) | (281) | (1.440) | (4.290) |
| (-) Produção Estoque e Permanente | (1.498) | (363) | (1.861) | (1.798) |
| Subtotais | 977.703 | 236.986 | 1.214.689 | 1.162.616 |
| Apropriação para Férias | 3.057 | 741 | 3.798 | 10.636 |
| Apropriação para Licença Especial | 4.523 | 1.096 | 5.619 | 5.935 |
| Provisões para Contingência | 17.767 | 4.307 | 22.074 | 38.368 |
| Remuneração Variável | - | - | - | (27.483) |
| Provisões e Apropriações | 25.347 | 6.144 | 31.491 | 27.456 |
| Saldo Contábil | 1.003.050 | 243.130 | 1.246.180 | 1.190.072 |

Os custos dos serviços e despesas administrativas foram apropriados de acordo com a compatibilização dos valores contábeis e os valores existentes nos controles elaborados pelo Serviço de Análise e Controle.

Na determinação do resultado do exercício foram computados os custos e despesas pagos ou incorridos correspondentes às receitas de serviço reconhecidas no semestre.

24 Despesas de Benefícios a Empregados

| | <u>31/12/2016</u> | <u>31/12/2015</u> |
|-----------------------|-------------------|-------------------|
| Auxílio Creche | 1.260 | 1.006 |
| Auxílio Alimentação | 29.701 | 29.190 |
| Vale Transporte | 2.734 | 2.526 |
| Assistência Médica | 10.338 | 11.317 |
| Previdência Privada | 25.118 | 23.575 |
| Saldo Contábil | 69.151 | 67.614 |

Representa os benefícios a empregados, que são reconhecidos no resultado do período em que ocorre a prestação do serviço do empregado. Como benefício pós-emprego a Instituição oferece plano de previdência privada de aposentadoria complementar.






Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

25 Outras Receitas e Despesas

| | <u>31/12/2016</u> | <u>31/12/2015</u> |
|---|----------------------|---------------------|
| Outras Receitas | | |
| Alugueis | 3.670 | 2.439 |
| Receitas de Leilões | 48 | 34 |
| Indenizações, Restituições e Serviços Administrativos | 8.346 | 6.250 |
| Reversão de PECLD | 736 | 2.094 |
| Doações de Estoque e Uso Permanente | <u>6.573</u> | <u>2.970</u> |
| Total de Outras Receitas | <u>19.373</u> | <u>13.787</u> |
| Outras Despesas | | |
| Baixas de Bens e Outras Despesas | <u>(6.081)</u> | <u>(6.687)</u> |
| Saldo de Outras Receitas e Despesas | <u>13.292</u> | <u>7.100</u> |

26 Resultado Financeiro

| | <u>31/12/2016</u> | <u>31/12/2015</u> |
|--|-----------------------|-----------------------|
| Receita Financeira | | |
| Remuneração de Depósitos | 1.816 | 1.259 |
| Juros e Multas Previstos em Contratos | 311 | 373 |
| Variação Cambial e Monetária Ativa | <u>143</u> | <u>455</u> |
| Total Receita Financeira | <u>2.270</u> | <u>2.087</u> |
| Despesa Financeira | | |
| Juros sobre TSP e Tributos | (2.385) | (3.240) |
| Multas dedutíveis e Indedutíveis | (512) | (220) |
| Variação Cambial e Monetária Passiva (TSP) | <u>(2.671)</u> | <u>(3.598)</u> |
| Total Despesa Financeira | <u>(5.568)</u> | <u>(7.058)</u> |
| Saldo Contábil | <u>(3.298)</u> | <u>(4.971)</u> |

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

27 Seguros de Riscos

Incêndio Vultoso e Riscos Nomeados:

A cobertura garante o pagamento de indenização pelos prejuízos de incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza, e outros riscos nomeados na apólice para os imóveis, construções em andamento, instalações, mercadorias, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios e bens de terceiros em poder do HCPA. A importância segurada é de R\$ 382.986 e a vigência da apólice é de 01 de junho de 2016 a 01 de junho de 2017.

Responsabilidade Civil:

Cobertura garantindo pagamento de indenização de Responsabilidade Civil com vigência de 01 de junho de 2016 a 01 de junho de 2017. A importância segurada é de R\$ 13.277.

Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

28 Conciliação das Demonstrações Financeiras com Base na Lei nº 6.404/76 e lei nº 4.320/64 – Siafi

O Hospital de Clínicas de Porto Alegre é uma empresa pública de direito privado sujeita às disposições da Lei nº 6.404/76 e às mudanças impostas pela Lei nº 11.638/07 para fins contábeis e societários. Segundo a Lei de responsabilidade Fiscal (LRF), a Instituição é considerada estatal dependente, vinculada ao Ministério da Educação que, por determinação legal, utiliza o sistema de Administração Financeira Federal (SIAFI), na modalidade total, para registro de toda sua execução orçamentária, financeira e patrimonial.

No quadro abaixo se demonstra os valores do exercício de 2016 que compõe a contabilização em cada uma das Leis mencionadas, esclarecendo-se a origem das diferenças apontadas.

Balanco Patrimonial

| Ativo | 6.404/76 | 4.320/64 | Diferença |
|--|------------------|-----------------|------------------|
| Circulante | | | |
| Caixa e Equivalente de Caixa | 35.005 | 33.083 | 1.922 |
| Créditos a Receber Curto Prazo | 210.125 | 58.291 | 151.834 |
| Estoques | 23.041 | 23.041 | - |
| (-) Ajuste de perdas de Créditos | - | (12.225) | 12.225 |
| Despesas Pagas Antecipadamente | 140 | 140 | - |
| | 268.311 | 102.330 | 165.981 |
| Não Circulante | | | |
| Realizável a Longo Prazo | 244.505 | 1.844 | 242.661 |
| Imobilizado | 625.157 | 625.157 | - |
| Intangível | 765 | 765 | - |
| | 870.427 | 627.766 | 242.661 |
| Total do Ativo | 1.138.738 | 730.096 | 408.642 |
| Passivo | | | |
| Circulante | | | |
| Fornecedores | 38.231 | 37.344 | 887 |
| Obrigações Tributárias e Sociais | 2.410 | 2.410 | - |
| Obrigações a Restituir | 12.225 | - | 12.225 |
| Contingências e apropriações por Competência | 151.834 | 152.884 | (1.050) |
| Outras Obrigações | 3.288 | 3.288 | - |
| | 207.988 | 195.926 | 12.062 |
| Não Circulante | 550.997 | 567.944 | (16.947) |
| Patrimônio Líquido | | | |
| Capital Realizado | 376.403 | 376.403 | - |
| Ajustes de Avaliação Patrimonial | (18.172) | (18.172) | - |
| Reservas de Lucro | 23.555 | 1.319 | 22.236 |
| Resultado de Exercícios Anteriores | - | (331.098) | 331.098 |
| Resultado do Exercício | (2.446) | (48.050) | 45.604 |
| Ajuste de Exercícios Anteriores | 413 | (14.176) | 14.589 |
| | 379.753 | (33.774) | 413.527 |
| Total do Passivo | 1.138.738 | 730.096 | 408.642 |

Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Ativo Circulante: o valor de R\$ 1.922 refere-se ao valor do plano de saúde (UNIMED) retido na folha de pagamento de dezembro de 2016, parte dos funcionários, emitida a ordem bancária nº 856299 em 30/12/2016 para conta corrente do banco sendo creditado no dia 05/01/2017. Refere-se ao documento fiscal nº1600793923, emitido em 20/12/2016 no valor total de R\$ 2.049, sendo que R\$ 127 refere-se a despesas com assistência à saúde, parte da patrocinadora.

Ativo e Passivo Circulante: o valor de R\$ 12.225, está registrado em conta de Ativo em Depósitos Bancários e no Passivo em Obrigações a Restituir. Este valor foi recebido em fevereiro de 2016 e corresponde à sentença favorável no processo nº 97.0002758-9, interposto contra a Fazenda Previdenciária, diante da inconstitucionalidade instituída pela LC. nº. 84/96. Valor registrado como obrigação enquanto aguarda liberação orçamentária autorizando o uso do recurso pelo HCPA.

Ativo Circulante e Não circulante: os valores de R\$ 151.834 e R\$ 242.661, respectivamente, correspondem ao registro de recursos a receber relativos a apropriações por competência e a provisões de contingências e valores a pagar registrados no Passivo provenientes de despesas com pessoal que são custeadas com Recursos do Tesouro Nacional.

Passivo Circulante: o valor de R\$ 887 corresponde ao valor de R\$ (16), referente ao faturamento da parcela do curso de mestrado devido pela Empresa Brasileira de Hospitais Universitários (EBSERH); R\$ (1.146), parcela faturada referente ao Programa de Reabilitação Intestinal de Crianças e Adolescentes (PRICA), devido pelo Fundo Nacional da Saúde (FNS), valores não pagos até 31/12/2016; e ao valor de R\$ 2.049 apropriado na conta de fornecedores referente a NF nº 1600793923 da empresa UNIMED.

Passivo Não Circulante: o valor de R\$ (16.947) refere-se ao valor de contingências trabalhistas registrado no SIAFI e desconsiderado na Contabilidade Societária, conforme relatório informativo do Jurídico do HCPA, recebido após encerramento do SIAFI, portanto, regularizado em 2017.

Patrimônio Líquido: o valor de R\$ 413.527 refere-se a R\$ 394.495 registrado em receitas de repasses a receber para cobertura de apropriações por competência e provisões, as quais são pagas com recursos recebidos do MEC, com registro em contrapartida nas contas de Ativo Circulante e Ativo não Circulante. Também compõe esta diferença o valor de R\$ 16.947, referente a contingências trabalhistas e R\$ 1.050 referente a requisições de pequeno valor reconhecidas no SIAFI, conforme Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2017 e estornados na Contabilidade Societária, assim como R\$ 1.162 (PRICA e EBSERH) e R\$ (127) da empresa UNIMED ajustados na conta de fornecedores.



Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

| Demonstração do Resultado do Exercício | 6.404/76 | 4.320/64 | Diferença |
|---|------------------|------------------|------------------|
| Receita Operacional Bruta | 1.361.621 | 1.336.366 | 25.255 |
| Ajustes da Receita Bruta | (127.213) | (127.213) | - |
| Deduções da Receita Bruta | (1.987) | (1.987) | - |
| Receita Operacional Líquida | 1.232.421 | 1.207.166 | 25.255 |
| Custo dos Serviços | (1.003.050) | (1.021.046) | 17.997 |
| Resultado Operacional Bruto | 229.371 | 186.119 | 43.252 |
| Despesas Operacionais | (243.130) | (243.130) | - |
| Outras Receitas e Despesas | 13.292 | 12.256 | 1.036 |
| Lucro Antes do Resultado Financeiro | (467) | (44.754) | 44.288 |
| Resultado Financeiro | (3.298) | (3.298) | - |
| Lucro Líquido do Exercício | (3.765) | (48.053) | 44.288 |

O valor de R\$ 25.255 do grupo Receita Bruta Operacional, refere-se à contrapartida do registro de recursos a receber para cobertura dos valores apropriados por competência, referente a despesas com pessoal e provisão para contingências. Este registro se deve ao fato destas despesas serem pagas por recursos do Tesouro Nacional, sendo R\$ 31.491 referente a crédito a receber de apropriações do exercício de 2016 e R\$ (6.236) crédito a receber registrado em 31/12/2015 na 6.404/76 e recebido na 4.320/64 em 2016 (TSP).

O valor de R\$ 17.997 refere-se à provisão de contingências trabalhistas registradas no SIAFI (4.320/64) e ajustadas na 6.404/76, sendo R\$ 1.050 referente a requisições de pequeno valor apropriadas no SIAFI, conforme disposto no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2017, não reconhecido na Contabilidade Societária por compor, no relatório da CONJUR, o total de precatórios trabalhistas, e R\$ 16.947 refere-se a contingências trabalhistas ajustadas no relatório da CONJUR após o fechamento do SIAFI (4.320/64).

O valor de R\$ 1.036 do grupo Outras Receitas e Despesas refere-se ao resultado entre a anulação da despesa liquidada no SIAFI de R\$ 1.146, referente ao faturamento do Projeto de Recuperação Intestinal de Crianças e Adolescentes (PRICA) e de R\$ 17 referente a parcela faturada contra a empresa Brasileira de Hospitais Universitários (EBSERH), deduzido do valor de R\$ 127 registrado em despesa com plano de saúde dos funcionários, parte patronal.

29 Doação FNDE

Foi doado ao HCPA, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, processo nº 23034.007208/2012-18, um veículo de tração mecânica/caminhão, marca Volkswagen, movido a diesel, 250 CV de potência, com baú, placa JJU-6757 – chassi 9533N82T8CR236203 e três contêineres/consultórios, sendo dois deles equipados com mobiliário e equipamentos e, conforme termo de doação nº 21 de 2015, o valor total é de R\$ 1.371. Tais doações foram registradas em 2016, a valor justo, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 07, em contrapartida à conta de subvenções e assistências governamentais. O valor do *impairment* registrado foi de R\$ 167.






Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

30 Ajustes de Exercícios Anteriores

O valor de R\$ 413 registrado na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores refere-se à regularização de transferências realizadas através de ordem bancária, entre o exercício de 2013 a 2015, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), atendendo o convênio de Cooperação – CV 667566. Na época foi debitado em conta de despesas e não adiantamento para futura prestação de contas.

31 Remunerações Pagas a Empregados e Administradores

De acordo com a Resolução nº 03 de 31 de dezembro de 2010 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR) publicada no Diário Oficial da União em 28 de março de 2011, apresentamos o quadro abaixo. Nos valores das remunerações, estão inclusos os adicionais fixos.

| Mensal | 2016 | | | 2015 | | |
|--------------|-----------------------------|------------------------|-------------------------|-----------------------------|------------------------|-------------------------|
| | Remuneração Administradores | Remuneração Empregados | Salário Base Empregados | Remuneração Administradores | Remuneração Empregados | Salário Base Empregados |
| Maior | 34 | 34 | 21 | 32 | 34 | 20 |
| Menor | 34 | 2 | 1 | 32 | 1 | 1 |
| Média | 34 | 6 | 5 | 32 | 6 | 4 |


Prof. Milton Berger
Vice-Presidente Médico


Adm. Paulo da Cunha Serpa
Coordenador Financeiro - CRA/RS nº 5.114


Prof. Nadine Oliveira Clausell
Presidente


Mc. Jorge Luis Bajerski
Vice-Presidente Administrativo


Neiva Teresinha Finato
Contadora - CRC/RS nº 23.292

